



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**AUGUSTO CÉSAR CRUZ BEZERRA**

**ESBOÇOS HISTÓRICOS SOBRE A ÉTICA MODERNA:  
UM OLHAR A PARTIR DE MAQUIAVEL**

Campina Grande  
2013

**AUGUSTO CÉSAR CRUZ BEZERRA**

**ESBOÇOS HISTÓRICOS SOBRE A ÉTICA MODERNA:  
UM OLHAR A PARTIR DE MAQUIAVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Filosofia.

**Orientador: Prof. Ms Paulo Montini**

Campina Grande  
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

574 Augusto César Cruz Bezerra  
Esboços históricos sobre a ética moderna [manuscrito] : um olhar a partir de Maquiavel / Augusto Cesar Cruz Bezerra. - 2013.  
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2013.

"Orientação: Prof. Me. Paulo Henrique Montini dos Santos  
Ribeiro, Departamento de Ciências Políticas -Sociologia".

"Co-Orientação: Prof. Dr. Antônio Gomes da Silva,  
Departamento de Ciência Políticas Filosofia UFCG".

1. Filosofia 2. Ética 3. Política I. Título.

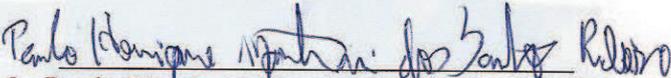
21. ed. CDD 170

AUGUSTO CESAR CRUZ BEZERRA

**ESBOÇOS HISTÓRICOS SOBRE A ÉTICA MODERNA: UM OLHAR A PARTIR DE MAQUIAVEL**

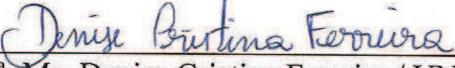
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em 09/12/2013.

  
Prof. Ms. Paulo Henrique Montini dos Santos Ribeiro / UEPB  
Orientador

  
Prof. Ms. Eugênio Vital Pereira Neto / UEPB  
Examinador

  
Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva / UFCG  
Examinador

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Denise Cristina Ferreira / UNESC  
Examinadora

**AUGUSTO CÉSAR CRUZ BEZERRA**

**ESBOÇOS HISTÓRICOS SOBRE A ÉTICA MODERNA:  
UM OLHAR A PARTIR DE MAQUIAVEL**

Augusto César Cruz Bezerra<sup>1</sup>

**RESUMO**

O Príncipe é considerado uma das obras políticas mais comentadas ao longo de mais de quatro séculos, deixando um legado muito rico acerca da política, mas, não muito aceito pela Igreja até os dias atuais. Por outro lado, vários personagens políticos da história, bem como em vários conflitos armados, juntamente com suas ambições, tramas, conspirações e punições, antes ou depois de Maquiavel, supõem-se que todos esses movimentos são compatíveis com a sua obra. A Itália na virada do século XV e XVI se encontrava fragilizada por conta dos conflitos internos, portanto, invadida pelos estrangeiros. Para alavancar a nação como uma grande potência, segundo Maquiavel este entende que seria necessário um príncipe que tivesse virilidade e astúcia, ser forte, bem armado, temido e cruel, e que soubesse antecipar os acontecimentos prevenindo o mal ou o bem, e afastá-lo ou aproveitá-lo sem depender de favores de outrem. Desta forma, tudo que fosse feito, deveria ser em prol do bem maior supremo: não ao indivíduo em particular, mas, sim ao Estado. Um grande projeto em que, Maquiavel rompe com os conceitos morais cristãos, o qual regia desde Idade Média. Com o apoio do povo, de boas leis, com as próprias armas juntamente com o exército de sua própria nação, fórmula essa entre outras que, Maquiavel adotou para tornar um país poderoso. Decerto, que a ruptura da ética tradicional com a política, a qual Maquiavel propôs, não significa dizer que a mesma ficou sem ética. O pensador apenas vestiu-lhe outra “roupagem”, possibilitando novas tendências e perspectivas sociais de sua época em diante, inclusive a formação de um poder centralizado: o Estado Moderno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maquiavel. Ética. Política. Poder.

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba  
Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba

## **ABSTRACT**

The Prince is considered one of the most talked about political works for over four centuries, leaving a rich legacy about politics, but not widely accepted by the Church to the present day. On the other hand, several political figures of history, as well as in several armed conflicts, along with their ambitions, plots, conspiracies and punishments, before or after Machiavelli, one has to suppose that all these movements are compatible with their work. Italy at the turn of the fifteenth and sixteenth century he was weakened because of internal conflicts, thus invaded by aliens. To leverage the nation as a great power, in this Machiavelli believes that a prince who had virility and cunning would need to be strong, well-armed, ruthless and feared, and who could anticipate the events providing the good or evil, and away it or enjoy it without relying on favors from others. Thus, everything that was done should be in favor of the greater good supreme: not the particular individual, but rather the rule. A large project in which Machiavelli breaks with Christian moral concepts, which region since the Middle Ages. With the support of the people, good laws with their own weapons along with the army of his own nation, this formula among others, Machiavelli took to become a powerful country. Certainly, the breakdown of the traditional ethics and politics, which Machiavelli proposed is not to say that it was unethical. The Thinker just dressed him another "garment", enabling new social trends and prospects of their time on, including the formation of a centralized power: the Modern State.

**KEYWORDS:** Machiavelli. Ethics. Policy. Power.

## INTRODUÇÃO

Ao fazer qualquer comentário direcionado aos princípios éticos, seja na antiguidade, na modernidade, ou até mesmo no hodierno, não é tarefa simples. Tal conceito seja em discursos políticos, religioso, jurídico, saúde, esporte, nos debates sobre a questão da preservação global, etc., a ética será sempre mencionada e utilizada em linhas gerais, como um suporte de extrema importância no convívio do homem em sociedade.

O fato é que devido a sua abrangência, não cabe aqui, fazer um estudo detalhado sobre a ética em toda a sua história. Bem como não seria viável tal empreitada, abrangendo o seu surgimento, seus respectivos pensadores ao longo de suas existências em suas variáveis épocas. Não que desmereçam. Mas sim, que o tema será analisado em três pontos específicos os quais sustentam esse artigo.

Desta forma, este trabalho objetiva em primeira instância, descobrir qual o valor moral que moldava a Itália, na transição do século XV ao XVI, época em que surgiu o pensador Maquiavel; segundo, mediante a isto, compreender de que maneira a Itália se tornava frágil às invasões estrangeiras, e como este pensador investiu na resolução desses problemas; terceiro e último, explicar quais os critérios de valores utilizados pelo pensador florentino, que contribuíram ao rompimento com os conceitos tradicionais cristãos de sua época.

No que concerne a metodologia desse processo, além de buscar compreender sucintamente o período histórico em Itália nos séculos já comentados, foi necessário investigar as seguintes áreas do saber: Maquiavel foi antiético? Ao que sugere o tema, quais foram os princípios mais relevantes do político renascentista, na permanência de um soberano no poder? Um príncipe deve ser temido ou amado? Qual a participação pública nesse contexto? Qual a importância da força das armas para o pensador em questão? Reflexões que, podem ser encontradas em alguns comentadores e sugeridas pelo próprio Maquiavel na sua referida e mais conhecida obra: “O Príncipe”.

Certamente, os contextos citados à cima também não se esgotam nestas poucas linhas. Pois, a historicidade do homem não se dá como ponto final e acabado no instante vivente. Mas sim, num processo vivo e ativo, onde a política entre os agentes envolvidos sofre mutações e o envolve com novas perspectivas, dinâmicas e sucessivas.

Vale salientar que, este artigo não se esforça em buscar aquilo que está além dos limites literários, do que já foi compreendido até o momento presente sobre a obra de

Maquiavel. Já que ao longo dos séculos, seus conceitos comentados e analisados exaustivamente, por autores conhecidos, para citar alguns tais como, por exemplo, Tereza Sadek; Norberto Bobbio, Lauro Escorel, Paul Larivaille, Rosemary O' Day, Isaiah Berlin, entre outros que certamente ecoam e se fazem atuais ao século XXI. E também não se deve esquecer que, este trabalho de conteúdo histórico, político e filosófico foi possível, em sua totalidade, através de consultas bibliográficas em todo período do ano letivo de 2013.

## INTRODUCTION

When making any comments directed to ethical principles, either in antiquity, modernity, or even in today, is no simple task. Such a concept is in political speeches, religious, legal, health, sport, discussions on the issue of global conservation, etc, Ethics will always be mentioned and used broadly as a supporter of extreme importance in the interaction of man in society.

The fact is that due to its scope, it is not here; make a detailed study on ethics in its entire history. Nor would such an undertaking feasible, covering their emergence, their thinkers throughout their existence in their times variables. Not that desmereçam. But yes, that will be analyzed in three specific points which support this research.

Thus , this work aims in the first instance , find out what the moral value that shaped Italy , the transition of the fifteenth to the sixteenth century, a time in which the thinker Machiavelli emerged , and second, through this, to understand how Italy became fragile foreign invasions , and how this thinker invested in solving these problems , and thirdly and finally, explain what criteria values used by the Florentine thinker who contributed to the break with traditional Christian concepts of his time .

Regarding the methodology of this process , and seek to understand briefly the historical period in Italy for centuries already commented , it was necessary to investigate the following area of knowledge : Machiavelli was unethical ? By suggesting the topic, what were the most important principles of political renaissance in the residence of a sovereign power? A prince should be feared or loved? Which public participation in that context? How important is the force of arms to the thinker in question? Reflections that can be found in some commentators and suggested by Machiavelli himself and said in his most famous work, "The Prince."

Certainly, the contexts cited above also does not deplete these few lines. For the historicity of man does not give up as the end point and just living in the moment. But yes, a live and active process where political mutates and engages with new trends and perspectives, dynamics and succession.

It is worth mentioning that this article does not attempt to seek that which is beyond the literary limits of what was understood to date on the works of Machiavelli time. Since the centuries, its concepts discussed and analyzed extensively by authors, only cite a few such as , for example , Tereza Sadek , Norberto Bobbio , Lauro Escorel Larivaille Paul , Rosemary O ' Day , Isaiah Berlin , among others certainly echo and make current the XXI

century. Remember also, that this work of historical, political and philosophical content was made possible in large part through bibliographic queries.

## 1) Contexto histórico

Para compreender o pensamento de Maquiavel, principalmente no que diz respeito à sua obra “O Príncipe”, é necessário entender também o contexto social-histórico onde o pensador viveu e a trama política a qual se desenrolou em Itália, na virada do século XV e XVI. Maquiavel nasceu em Florença, em 1469, sendo ele o terceiro dos quatro filhos. Pertencia a uma conhecida família tradicional, embora não poderosa, mas que havia dois séculos de enraizamento nesta cidade. Seu pai, formado em direito, era um estudioso humanista influenciado pelos conceitos da Renascença que há muito, já eram percebidos em Itália e encarregou-se de proporcionar ao seu filho, uma educação dentro dos melhores padrões de sua época. (NIVALDO, 1999).

Sua infância e a adolescência brotaram numa época onde a velha ideologia cedia o espaço para uma nova perspectiva social, que ficou conhecida como a Idade Moderna: “*É uma época de efervescência, particularmente rica e conflituosa, epicentro de grandes crises e, ao mesmo tempo, geradora de magníficas soluções*”. (NIVALDO, 1999, p. 35-36) Uma transição que, por sua vez, soterrava aos poucos a antiga instituição medieval.

Maquiavel não foi um cidadão comum. Contemporâneo das grandes descobertas marítimas e da Reforma Protestante; trabalhou como Secretário de Estado de Florença; intervém como embaixador de paz, ou de tratados políticos entre estados italianos e atuou como provedor e chanceler em sua cidade. José Nivaldo Junior (1999, p. 42), afirma que: “*A república democrática florentina, liderada por Piero Soderini, atribui a Maquiavel diversas missões diplomáticas importantes, que servem para alargar sua vivência política. Em 1500 vai à França em missão diplomática*”. Estas funções possibilitaram ao chanceler florentino um vasto conhecimento do mundo o qual pertencia.

No entanto, é necessário compreender que a Itália na passagem do século XV ao XVI, não era tal como está representada no hodierno. Esta se encontrava fragmentada política e administrativamente. Nivaldo aponta nesta época que: “*O Estado feudal, marcado pela descentralização política, onde cada nobre detinha parcelas de soberania, [...] direito de ter o seu próprio exército, sua justiça, sua moeda e seu sistema tributário, cedia lugar ao Estado Moderno, centralizado e unificado*” (1999, p.

37). Porém, nesses principados e ducados dispersos entre si, o único fato que os tornavam uma pátria comum para todos os italianos, era o idioma e a religião.

Em 1454, ocorreu o Tratado de Lodi o qual consistiu a Santíssima Liga de que fizeram parte, além do ducado de Milão e da República de Veneza, a República de Florença, o Reinado de Nápoles e o Papado. Formava-se, desta forma, uma coligação de cinco poderes principais de governos, que dividiam a política italiana do seu tempo. (ESCOREL, 1984.)

Haja vista, que entorno desses cinco poderes maiores, orbitava em sua volta com poder menor, outras repúblicas, principados e ducados, tais como, por exemplo, Gênova, Luca e Siena, Savoia e Ferrara. Sem mencionar outros territórios reduzidos a vassallos na hierarquia tradicional, de maneira que devido a busca pelo poder, havia inquietações e concorrência entre todos os apontados acima, dividindo toda Itália em conspirações, culminando fatalmente em intrigas constantes e rivalidades irreconciliáveis. (ESCOREL, 1984). Maquiavel afirma no capítulo XI, que:

Antes que Carlos, rei da França, invadisse a Itália, esta província estava sob o império do Papa, venezianos, rei de Nápoles, duque de Milão e florentinos. Estes governos deviam ter dois cuidados principais: um – que o estrangeiro não entrasse na Itália com tropas; outro – que nenhum deles estendesse os seus domínios. Aqueles que mais se deviam vigiar eram o Papa e os venezianos. E para deter a estes era necessária a união de todos os outros, como aconteceu na defesa de Ferrara; e para pôr em xeque o poder do papa, haveriam de servir os barões de Roma, os quais, por estarem divididos em duas facções – Orsini e Colona –, viviam em constante disputa. E estando sempre de armas na mão, aos olhos do próprio pontífice, tornavam o papado fraco e inseguro. (O PRÍNCIPE, 1991, p. 45-46)

Enquanto os principados, as repúblicas e os ducados digladiavam entre si, facilitavam com isso o domínio por parte das forças externas. E, de acordo com o pensador florentino, tudo acontecia sob o consentimento e interesses próprios do alto clero da Igreja. Entretanto, no tocante ao povo inserido neste desfecho, não participava politicamente do Estado, a não ser como funções servis. E nas palavras de Paul Larivaille:

Estamos, portanto, diante de um sistema do qual a plebe (o que nós chamaríamos hoje de povo) está irremediavelmente excluída; de um Estado em que o povo – il popolo, que, na terminologia da época, designa os artesãos e a pequena e média burguesia – se encontra cuidadosamente reduzido a uma participação mínima; em resumo, de uma república oligárquica cuja máquina administrativa está nas mãos dos representantes da alta burguesia e das grandes famílias aliadas a ela. (1998, p. 20)

O pensador italiano percebeu tais deficiências no seu tempo. Consequentemente, restaurar a ordem e manter a estabilidade social na Itália foi, sem dúvida, sua maior preocupação. Nesse caso, a ética tradicional cristã a qual regia os costumes morais da população desde o medievo, deveria segundo Maquiavel, ceder o espaço para a política:

A ruptura maquiaveliana para com a tradição do pensamento político é o reconhecimento, no plano da teoria, de uma ruptura primeira que a sociedade já renunciava. Quando se aponta essa ruptura, dizendo que Maquiavel inaugura a ciência política, está-se dizendo que ele é o primeiro a pensar teoricamente os problemas políticos a que se associa a época moderna. Em outras palavras, a secularização da política, a moderna concepção do Estado e a política como disciplina científica são dimensões articuladas entre si – de um só e único processo, a formação do Estado Moderno. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 57)

Por isso, Maquiavel é também conhecido como o pai do Estado Moderno, e a ruptura da ética cristã com a política é tema para o próximo tópico.

## 1.2) O rompimento com a ética cristã

Diante da deficiência do pontificado e da dispersão do povo italiano, tanto no que concerne aos territórios em conflitos entre si, bem como a não participação do povo nos negócios públicos e ainda, as constantes aflições causadas por parte de tropas estrangeira em seu território, como já foi explicitado, Maquiavel homem de espírito nacionalista de sua época, defendeu a unificação da Itália para dar fim a sua política desgastada, corrompida e descentralizada. Mas, para isso, ele atenta ao sentido político e prático, incorporando outra ética e não mais a tradicional, oficializada e defendida pela Igreja desde a Idade Média. Para a Dr<sup>a</sup> e professora de História da Open University, Rosemary O'Day:

A contribuição mais marcante que Maquiavel deixou como cientista político foi, talvez, a maneira franca com que separava a esfera política da religiosa. A política, tradicionalmente, não era considerada uma atividade autônoma. Em última instância, as ações de um governo tinham que ser encaradas dentro do contexto da relação do homem com Deus e os seus desígnios. Maquiavel rejeitou este enfoque agostiniano: não via qual a necessidade de justificar a ação política em termos religiosos; considerava a religião um instrumento útil, de que os governos se deviam servir a fim de garantirem a obediência e a lealdade do povo. (1979, p. 30).

E segue a professora com as suas palavras:

A questão de se Maquiavel era ou não pessoalmente irreligioso é secundária; as condições políticas na Itália em fins do século XV e princípios do século XVI, à par do realismo com que ele próprio abordava os assuntos, conjugaram-se para derrubar a visão do mundo tradicional do medievo. Foi a sua ousada separação entre política e religião e também o rebaixamento de posição da religião para a de serva do Estado que perturbou os homens do final do século XVI. (idem)

Maquiavel reserva à Igreja a posição secundária ao Estado, fato inédito desde a oficialização do cristianismo. Nesse aspecto, ao sugerir uma nova ética:

[...] Maquiavel compreendeu algo mais importante – de seu próprio tempo – vendo que chegara a hora do nascimento do Estado moderno, centralizado e político para cuja formação ‘estabeleceu os princípios fundamentais realmente necessários’. (ISAIAH BERLIN, 1999, p. 3).

Em primeira instância, o filósofo florentino não comunga com a salvação individual imposto pela moral religiosa. Segundo José Fernandez Santillán, na

apresentação da obra “O filósofo e a política” de Bobbio, diz o seguinte: “[...] *como a política tem haver com os assuntos públicos e a moral com as questões privadas, a primeira é superior à segunda; o bem do corpo coletivo tem uma justificação mais alta que o bem individual.*” (2003 p. 35-36). Maquiavel defende em vários pontos de sua obra que, o particular não importa e sim o universal. Isto é, o indivíduo não era importante, mas sim, o Estado como um todo.

É sabido que, a boa nova fundada pelo cristianismo diz respeito à renúncia do homem, a sua submissão e servidão à divindade única e extraterrestre. Maquiavel como homem inserido na política de seu país, entendeu que nesse sentido, apenas o discurso evangélico não mais surtia efeito nos seus propósitos políticos. Nesse ponto central, se faz de extrema importância salientar as palavras do filósofo Bobbio, quando este diz diretamente sobre uma assertiva de Maquiavel: “[...] *a frase que afirma que não se governam Estados com padre-nossos, ele permite considerar que o homem político não pode obter êxito seguindo os preceitos da moral dominante, que em uma sociedade cristã coincide com a moral dos Evangelhos.*” (2003, p. 159)

O Estado, para Maquiavel, tornava-se necessariamente laico. Todavia, é importante frisar ainda que, ele não estava nada satisfeito com a instituição católica e criticou-a ferrenhamente. Ames (2002, p. 22) defende que:

Ora, a grande responsável pela divisão da Itália em inúmeros pequenos Estados e a principal interessada em manter inalterada essa situação é, de acordo com o diagnóstico de Maquiavel, a Igreja. Consequentemente, a solução para o estabelecimento de uma autoridade forte com vistas à unificação da Itália passa necessariamente pela destruição do poder da Igreja.

E segundo Larivaille (1998), este reforça tal fraqueza na Itália, quando o papado juntamente com seus cardeais, arcebispos e bispos, estavam mergulhados em estratégias, acordos e negócios escusos na obtenção da permanência ou em ascensão ao poder. Estavam esses envoltos em escândalos, orgias, bebedeiras, conspirações e assassinatos, entre outras degradações morais, as quais o povo italiano não encontrava saída para se libertar desses grilhões. E Isaiah Berlin (1999, p. 5) ainda sustenta da seguinte forma:

‘É sabido’, diz Benedetto Croce, ‘que Maquiavel descobriu a necessidade e a autonomia da política, que paira além do bem e do mal morais, que tem suas leis próprias contra as quais é inútil rebelar-se, que não pode, ser exorcizada, nem evaporada com água benta’: além do bem e do mal em algum sentido não aristoteliano, religioso ou kantiano-liberal; mas não além do bem e do

mal destas comunidades, antigas ou modernas, cujos valores sagrados são sociais de ponta a ponta.

Decerto, que a instituição Católica merece uma atenção mais aprofundada nesse contexto. Na obtenção de uma referência sobre essa empreitada, requer a afirmação dos escritos sob a direção de Franco Massara. Referência a qual o frade Savonarola incomodou o pontificado e os Médici (estes últimos, família muito poderosa em Florença):

E Savonarola anuncia as oito razões: as más ações levada a um tal extremo que a medida está cheia – homicídios, luxúrias, sodomia, idolatria, magia e simonia; Deus dá à Igreja maus pastores. Deus adverte os homens através de profecias; em todas as classes da sociedade, é ínfimo o número de boas almas; a decadência da fé entre os homens; a extrema desordem reinante na Igreja; o desprezo pelos santos; e, finalmente, a decadência do culto. ([19??, p. 25)

E continua mais adiante:

No palácio pontifical, um papa celebra orgias; padres são proprietários de talhos, de tabernas, de cassas de jogo e de lupanares; as religiosas lêem o Decameron e entregam-se as saturnais. Os conventos são assim reduzidos à condição de cavernas de brigões ou à de maus lugares. Nas igrejas, decorrem os festins e as patuscadas. A própria Cúria é palco de pecados, de adultérios, de violações, de deboches e de lascívias. (idem, ibidem)

Achava o frade, que podia livrar a população italiana de seus infortúnios, através da moralização da Igreja já desgastada. Tanto foi que:

[...] advertia o povo de Florença de que ele e a sua cidade seriam condenados se não fizessem um esforço por se regenerar. Muito embora o regime puritano de Savonarola alcançasse de imediato popularidade na cidade de Florença, seja porque ele propugnava um tipo de governo mais popular, angariando assim o apoio de artesãos e comerciantes ao serviço do Grande Conselho, seja porque vaticinara corretamente diversos eventos importantes, essa adesão rapidamente se desvaneceu. (ROSEMARY O'DAY, 1979)

Evidentemente, houve inquietações no que tange às forças contrárias. O alto clero não estava satisfeito com essas assertivas, lançando mão de seus poderes para que esta afronta tivesse um fim. Nesse contexto, Savonarola era:

[...] odiado pelos Franciscanos e por grande parte do clero; indispôs contra si os partidários da família Médici; deparou-se com a oposição de famílias da aristocracia, a quem desagradavam as suas tentativas de ampliar a base do governo. A derrocada final foi apressada pelo seu ataque pessoal ao papa Alexandre VI e pelo anátema que lançou à aliança externa do papa com a

França. Savonarola foi enforcado e queimado publicamente em Florença, a 28 de maio de 1498. (idem, 1979)

Maquiavel não deixou Savonarola passar despercebido nas suas reflexões. E sustenta novamente a professora:

Achava Maquiavel que Savonarola baseara o seu domínio sobre a capacidade de influenciar o povo a seu favor sendo este um domínio inteiramente não institucionalizado, e também totalmente indefensável. [...] Maquiavel, um tanto cinicamente, acusava Savonarola de buscar apenas o poder. [...] Quando ouviu o frade, em março de 1498, não ficou impressionado e escreveu a um amigo, Ricardo Becchi, dizendo que o profeta estava inflamando o povo com “grandes terrores” e com argumentos que somente convenceriam os que não os analisassem. Savonarola mudava a sua capa política conforme as circunstâncias. (ROSEMARY O’ DAY, 1979)

Por conseguinte, Maquiavel enfatiza no capítulo VI, do seu livro (1991), apontando para o detalhe o qual Savonarola sofreu sua ruína por conta de que não tinha a força das armas para legitimar o seu poder. Pois, quando caiu em descrédito pelo povo, o monge não tinha como fazer com que este o obedecesse. Compreendendo, portanto, que apenas com o discurso religioso, este fato não seria capaz de resolver o grande dilema da Itália. No pensamento de Maquiavel, um governante para fazer valer a sua autoridade, deveria adotar, entre outros fatores fundamentais, a utilização da força ao invés de apenas se contentar com o ato de rezar:

O mundo pagão que Maquiavel prefere é edificado sobre a admissão da necessidade da força e astúcia sistemáticas dos governantes e ele parece considerar natural e nada excepcional ou moralmente torturante o emprego destas armas quando necessário (ISAIAH BERLIN, 1999, p. 5)

E reforça ainda sobre a vida pública que: *“Esta vida tem suas próprias normas: não requer o terror perpétuo, porém aprova ou, pelo menos, permite o emprego da força onde esta se torna necessária para promover os fins da sociedade política.”* (idem, p. 11) E sobre a moral: *“Se a moral tem uma relação com a conduta humana e se os homens são sociais por natureza, a moralidade cristã não pode servir de guia para uma existência social normal. Alguém tinha que declarar isto. Maquiavel o fez.”* (idem, ibidem)

A força foi um dos critérios básicos para Maquiavel. Desta forma, o autor de O Príncipe começa a explicar tal investida a partir de pilares fundamentais excluindo a moral religiosa. Ou seja, o que era necessário para manter a ordem numa região arruinada politicamente? De que forma a Itália deveria expulsar os invasores? De que

maneira se dá a obediência às leis, e uma nação se torna forte e protegida, se não, através da força das armas? Como se dava o recrutamento, e qual a origem dos soldados? Reflexões a seguir.

## 1.1) A força das armas

Nicolau Maquiavel percebeu que dentre muitas formas de conquistar, dominar e defender um território, esta missão só é possível através de boas armas e boas leis. E segundo ele, no capítulo XII, de sua obra em questão, (1991) um Estado não pode ter boas armas se não tiver também boas leis e vice-versa. Observa-se, de sua parte, uma grande preocupação com a reestruturação do Estado. Principalmente no tocante a parte voltada para o apoio ao fortalecimento militar:

Ele afirmava que a sua principal preocupação concernia à manutenção do poder, uma vez adquirido. Achava que um príncipe poderia subsistir exercendo as artes da diplomacia e da guerra — as duas ciências que Maquiavel conheceu de perto, e que tanta preponderância tinham na Itália da época. [...] As cidades-estados da Itália mostraram-se incapazes de expulsar os invasores franceses e espanhóis devido, segundo Maquiavel, à decadência militar. (ROSEMARY O'DAY, 1979)

Neste ponto, Maquiavel observou uma das causas acerca da fragilidade dos soberanos, no que diz respeito ao comando de seus exércitos:

[...] as causas da derrocada dos exércitos italianos diante das grandes potências européias, após 1494, são imputáveis, não aos soldados italianos cujo valor individual permanece inalterado, mas aos príncipes que governam a península, mais cortesãos do que guerreiros: à sua negligência em relação aos assuntos militares, à presunçosa incapacidade da maioria deles que desarma e condenam ao fracasso os poucos chefes dignos desse nome [...] (LARIVAILLE, 1988)

O pensador havia percebido no contexto histórico de sua pátria, que os soberanos viviam em festas e no luxo, enquanto a mesma estava num avançado estado de degradação política. E como já foi apontado, o pontificado de acordo com os interesses próprios, não perdia a oportunidade de arquitetar e manipular os principados a combaterem entre si, enfraquecendo os italianos. (LARIVAILLE, 1988). Para o secretário florentino (capítulo XIV), uma providência enérgica deveria ser tomada imediatamente:

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda. [...] Ao contrário, vê-se que perderam os seus Estados os príncipes que se

preocuparam mais com os luxos da vida do que com as armas (O PRÍNCIPE, 1991)

Por isso, Maquiavel defende que um soberano não seja ignorante na arte da guerra. Nesse sentido, enfatiza um diálogo entre jovens intelectuais italianos, que lhes são contemporâneos: Fabrício Colonna e Cosme Rucellai que, entre outros, discutiam assuntos pertinentes a estratégia da guerra. E nas palavras de Maquiavel, diz o primeiro aos ouvintes naquele momento:

O fim que se propõe quem faz a guerra é combater toda a espécie de inimigos em campo aberto, ganhando as batalhas. Para consegui-lo, é necessário organizar um exército; e para constituir um exército é necessário arregar homens, armá-los, ordená-los, adestrá-los, exercitá-los em pequenos e grandes núcleos a acampar e a resistir ao inimigo, a pé firme ou em marcha. Tudo isso se faz a arte da guerra campal que é a mais necessária e a mais honrosa. (O PRÍNCIPE/A ARTE DA GUERRA 1999, p. 131).

E completa o raciocínio mais adiante: *“A regra de mais fácil aplicação consiste em que as repúblicas ou os reinos encontrem os soldados no seu próprio país, [...]”*. (idem. p. 132.). O pensador florentino sustentou no capítulo XII, que um chefe de Estado deve ter a sua própria força militar e não depender de tropas auxiliares ou mistas, nem tampouco das mercenárias. Segundo ele, nenhuma desta passava segurança, pois, em época de paz, os combatentes estavam prontos para qualquer atividade; porém, quando em guerra, abandonavam o soberano deixando-o em ruínas. (O PRÍNCIPE, 1991) lembrando que, nesse contexto Maquiavel também relata esta parte a qual indica a obra O Príncipe/A Arte da guerra:

As nações necessitam de exércitos e, quando não os tem próprios, tomam a soldo os estrangeiros os quais, muito mais rapidamente que os próprios, prejudicam o bem público, por se corromperem com maior facilidade, por estarem mais dispostos a apoiar a ambição de um cidadão poderoso e por servirem à excelência quando se trata de oprimir homens desarmados. Além disso, o perigo é maior nos Estados com dois inimigos do que só com um, e os que se valem de exércitos estrangeiros temem, simultaneamente, os estrangeiros e os próprios cidadãos, [...] por outro lado, os que possuem exércitos próprios apenas temem os cidadãos. Prescindindo de muitas outras razões, alegarei a de que todos os fundadores de repúblicas ou reinos confiaram sempre a sua defesa aos próprios habitantes. (1999, p. 136)

Maquiavel com prudência e lucidez em seu projeto, exclui definitivamente tais tropas do exército italiano. Pois, entre outros fatores negativos já compreendidos, havia o risco constante sobre a tomada do poder por parte de qualquer um poderoso que

possuísse as tropas estrangeiras contratadas na região. Resolvido isto, porém, a questão é: quais os compatriotas que serão recrutados e a partir de que idade? Nesse caso, Maquiavel afirma logo em seguida que:

Quantos já escreveram sobre estas matérias dizem ser melhor fazê-la nos campos, porque os camponeses estão habituados à fadiga e às inclemências do tempo, acostumados a viver ao sol e não à sombra, a manejar ferramentas, a cavar fossos, a levantar pesos, sendo, na generalidade, menos propensos à astúcia e à malícia. A minha opinião é que, havendo duas classes de soldados, uns a pé outros a cavalo, os primeiros devem ser eleitos nos campos e os segundo nas cidades. [...] procedendo à eleição onde já haja um exército organizado, apenas para substituir alguns homens, apostaria nos de dezessete anos, dado que os mais velhos estariam já recrutados. (1999, p. 133.)

A partir desse momento, o chanceler florentino propõe inserir a milícia popular italiana na defesa da Itália. A questão política e militar está interligada ao pensamento maquiaveliano:

A organização de uma milícia popular é o momento em que, segundo Maquiavel, melhor se constata a importância do povo na criação de um Estado forte. É na defesa da pátria dos ataques externos que o povo participa de modo mais elevado nos negócios públicos, de modo que o cidadão maquiaveliano é, fundamentalmente, um cidadão-soldado: o exercício da cidadania implica o serviço militar. (AMES, 2002)

Nas reflexões de Maquiavel, um país se torna forte a partir de suas bases bélicas bem estruturadas, tanto para resolver os problemas políticos internos quanto os externos, como já foi explicitado. Entretanto, como deveria ser o soberano que estivesse no comando? Seria uma função para qualquer um? Para o diplomata florentino, apenas aquele que possuísse a virtú e a fortuna, obteria êxitos nas suas investidas políticas.

## 1.2) Virtù e Fortuna

Maquiavel remete a formação de uma administração centralizada, o Estado moderno. Empreendimento que ficava a cargo de um soberano que possuísse a virtù e fortuna ao mesmo tempo. Um príncipe forte e resoluto, que soubesse se livrar, antecipar ou tirar vantagens dos imprevistos naturais da política. Vale lembrar que, numa esfera onde a ética circunda sob a corrupção entre outras degradações morais, o soberano deve saber como contornar essas falhas sendo forte como um leão e astucioso como uma raposa. Maria Tereza Sadek, firma que:

O agir virtuoso é um agir como homem e como animal. Resulta de uma astuciosa combinação da virilidade e da natureza animal. Quer como homem quer como leão (para amedrontar os lobos), quer como raposa (para conhecer os lobos), o que conta é 'o triunfo das dificuldades e a manutenção do Estado. Os meios para isso nunca deixarão de ser julgados honrosos, e todos os aplaudirão'[...]. (OS CLÁSSICOS DA POLÍTICA I, 2004, p. 24.)

Vale lembrar, que o pensador não defende um tirano, mas sim a um atuante que pudesse colocar ordem numa nação desunida, corrompida, invadida e ameaçada de decomposição. Este seria, para Maquiavel, um príncipe capaz. E diz a este no capítulo VI:

Portanto, era necessário a Moisés encontrar o povo de Israel, no Egito, escravizado e oprimido pelos egípcios, a fim de que, para se libertar da escravidão, se dispusesse a segui-lo. [...] Teseu não teria podido revelar suas virtudes se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. (O PRÍNCIPE, 1991).

É importante compreender que, como a Itália estava em desordem política e moral, Maquiavel deposita sua confiança em o príncipe Lourenzo de Médici para resolver as questões pendentes no seu território. No que concerne aos dois princípios acima, ou seja, a virtù e fortuna, esta última é a deusa que simbolizava a esperança da qual nutre todos os homens. Desta maneira, Ames, (2002) defende a seguinte afirmação:

No cristianismo medieval, as forças alheias e superiores ao homem estavam vinculadas, predominantemente da deusa fortuna. Na vida religiosa da Roma antiga, a caprichosa deusa da sorte e do destino era responsabilizada pelos acontecimentos privados e políticos que tanto poderiam destruir os planos quanto, de modo surpreendente e inesperado, favorecer os empreendimentos.

Esta deusa na mitologia romana é correspondente da deusa grega Tique, filha de Júpiter. E como esta era a deusa da esperança e da sorte, poderia atrair bons fluidos para o cotidiano e ao futuro. E sobre esse ponto, Tereza Sadek, (2004) sustenta que:

Para os antigos a Fortuna não era uma força maligna inexorável. Ao contrário, sua imagem era a de uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair. Esta deusa possuía os bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder. Mas como fazer para que a deusa Fortuna nos favorecesse e não a outros, perguntavam-se os homens da antiguidade clássica: era imprescindível seduzi-la, respondiam. Como se tratava de uma deusa que era também mulher, para atrair suas graças era necessário mostrar-se vir, um homem que possuísse virtù no mais alto grau seria beneficiado com os presentes da cornucópia da Fortuna.

E continua na mesma linha de pensamento: *Esta visão foi inteiramente derrotada com o triunfo do cristianismo. A boa deusa, disposta a ser seduzida, foi substituída por um 'poder cego', inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui seus bens de forma indiscriminada*” (Sadek, 2004. p, 21) Na construção do seu pensamento político, Maquiavel faz um resgate histórico no período que antecede ao cristianismo, contrapondo completamente aos costumes morais do seu tempo.

O homem merecedor dos bens da fortuna, ou seja, a riqueza, a honra, etc., deveria ser viril, bravo, corajoso, resoluto. Nesse caso, o pensador florentino afirma no capítulo VII: *“Aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho tem para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente.”* (O PRÍNCIPE, 1991). O príncipe para valer-se como tal, segundo Maquiavel, deveria possuir a virtù para dominar a fortuna.

O diplomata florentino deixou Instruções no sentido de que, um governante ao alcançar o poder sem méritos ou sem perceber os obstáculos e os perigos encontrados no caminho da política, não consegue mantê-lo. Porém, como manter-se no poder? Um governante para legitimar o seu poder de maneira eficaz, deve ser temido ou amado pelos seus súditos?

### 1.3) Um soberano deve ser temido ou amado?

De acordo com o pensador, um Estado só se torna forte quando seu governante é temido pelos seus súditos. Caso contrário, isto é, quando é amado torna-se mais fácil conspirar contra o mesmo, já que não há o temor do castigo, faltando-lhe, portanto, com o respeito. Ao passo que, diante da impossibilidade de ser amado e temido ao mesmo tempo – sendo o príncipe temido, é mais seguro ser desta maneira para controlar o Estado e não de outra. (O PRÍNCIPE, 1991)

Mas, quais os critérios tomados por um príncipe, para permanecer numa situação confortável e segura acerca de sua soberania, na desordem com a qual a Itália estava mergulhada? Concernente a isto, o secretário florentino, vai instruir ao Lorenzo de Médici (ou a qualquer outro soberano) que este seja piedoso e não cruel. Porém, sendo a crueldade um fator inevitável para impor a ordem, compete ao príncipe proceder mediante algumas circunstâncias, com exemplo de crueldade; de aparentar ser; nem sempre cumprir com as promessas; e utilizar de qualquer manobra astuciosa, desde que proteja o Estado com ordem evitando o caos. Diz ele no capítulo XVIII:

Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir. Se os homens todos o fossem bons, este preceito seria mau. Mas, dado que são pérfidos e que não observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la para com eles. (idem)

Segundo Maquiavel o homem é mau por natureza, como ficou claro acima. Por conta disto, ele instrui ao príncipe que, diante de tantas falsidades e conspirações, um sábio soberano não deveria ser bom ou ingênuo. E defende no capítulo XV: “*Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.*” (O PRÍNCIPE, 1991.)

Para Maquiavel, a utilização dessa atitude, não era puramente danosa como se atendesse a um sadismo de um regime tirânico. Mas, que era necessária como manutenção do Estado. Evidentemente, não prescindiu de buscar suas insatisfações utilizando a política como a razão do Estado:

Deve, portanto, o príncipe fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que sucederá uma vez que se abstenha de se apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e dos seus súditos, e, mesmo sendo

obrigado a derramar o sangue de alguém, poderá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e causa manifesta. (O PRÍNCIPE, 1991.)

O autor de O Príncipe propôs uma política dinâmica a qual através das ações apropriadas e específicas em todas as circunstâncias presentes, contrapondo a imobilização da época, não importando naquele momento histórico, se era ético ou não, mas, desde que tirasse o seu povo do caos e fortalecesse o Estado. Entretanto, faz um alerta: *“Deve, sobretudo, abster-se de se aproveitar dos bens dos outros, porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio”*. (idem). Ou seja, fazer-se temido sem causar o sentimento de vingança, rebeldia ou até mesmo de abandono pelo povo.

Quanto a este, Maquiavel defende que um príncipe só será realmente forte, se tiver o seu apoio. Pois, quando há no principado perigos internos, tais como, por exemplo, as conspirações de seus súditos; e externos tais como outros soberanos poderosos, que ponha em risco o seu comando; em ambos os casos, não deve o príncipe temer se tiver o seu povo como aliado. Isto fica claro quando o filósofo argumenta no capítulo XIX: *“Ora, um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não se tornar odiado pela população [...]”* (O PRÍNCIPE, 1991)

Maquiavel protege tanto o príncipe quanto o povo. Aliás, a impressão que ele transmite é que, o livro foi direcionado a este último. Aquele não pode tirar a honra e os bens deste se quiser obter êxito em suas investidas políticas. Caso contrário, pode provocar o ódio, conflitos internos ou abandono pelos súditos. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que fortalece o príncipe através do povo e vice-versa, o pensador florentino permite novas tendências públicas com a participação do mesmo ao Estado.

Depois de Maquiavel, intérpretes de origens diversas no Ocidente, o criticaram ferrenhamente acerca dos seus escritos. Principalmente na interpretação de atos sanguinários. Nesse ponto, quando o pensador instrui no capítulo III, que ao conquistar um principado novo, o soberano dominante precisa atentar para dois fatos de extrema importância aos seus fins: primeiro, que a linhagem do príncipe vencido, seja extinta; segundo, não alterar as suas leis nem os seus impostos. (O PRÍNCIPE, 1991.)

Desta forma, Bobbio argumenta sobre a necessidade dessa mudança ética, no sentido de que:

Quando o agente está em uma situação na qual determinada ação é necessária, no duplo aspecto de ser impossível não realizá-la (necessidade

propriamente dita) ou de ser impossível realizá-la (impossibilidade), qualquer norma que obrigue ou proíba uma ação diferente se torna impotente. Afirma-se que a necessidade não tem lei: não a tem porque é mais forte que qualquer lei. A própria máxima “os fins justificam os meios” pode ser incluída no princípio da inobservância por razões de necessidade. Se é verdade que, de fato, em determinada situação há apenas um meio para conseguir um fim, e este deve ser alcançado, o uso do meio torna-se necessário, e o sujeito não tem como escolher; portanto, não é livre para atuar seguindo o preceito moral que lhe imporia uma conduta diferente. [...] (2003, p. 151)

Maquiavel no caso acima percebe que o agente político não deve permitir brechas que lhe comprometam a sua soberania. Deve segundo ele, evitar que os descendentes dos vencidos reivindiquem novamente o poder, eliminando pela raiz qualquer possibilidade de problemas futuros.

Continuando o raciocínio, Cintilam, (2003, p. 36) faz também o seguinte comentário sobre o pensamento do filósofo florentino: “[...] *as ações dos políticos devem se qualificadas conforme sua contribuição para atingir o objetivo*”. Compreende-se desta forma, os meios para chegar a um fim. E este fato, só é possível com ações e não com orações.

São notórios os conceitos políticos do secretário florentino. Muitos embora sejam deturpados em alguns sentidos políticos atuais, não lhe cabendo a culpa em todas as mazelas humanas, mas que, o nacionalismo totalitário e as duas últimas grandes Guerras Mundial coloca a ética numa nova fronteira. Nas palavras de Félix Ruiz Alonso na obra “Fronteiras da ética” organização de José de Ávila Aguiar Coimbra, diz o seguinte:

A idade Moderna se inicia, segundo alguns historiadores, em 1453, com a queda de Constantinopla sob o poder turco; outros, em 1492, com a descoberta da América. Na Europa, é a época do Renascimento e do protestantismo, aos quais se seguem, séculos depois, o racionalismo, e Iluminismo, o imanentismo, o utilitarismo, o materialismo. Esses “ismos” eclodem no século XIX e apresentam suas consequências devastadoras no século XX, em que aparecem o nazismo e o comunismo (2002, p. 103)

O fato de Maquiavel adotar os métodos de tornar forte um país através do temor e pela força das armas, não significa que ele seja culpado pela destruição do planeta por conseqüências da Guerra Fria, se a mesma fosse consumada. A partir do século XX, a tecnologia deixa o mundo nas fronteiras de uma nova ética: foi necessário o terror de duas bombas de destruição em massa lançadas sobre o Japão, para que os Estados Unidos da América (EUA) fossem temidos, respeitados e ditos soberanos do mundo? Hitler se valeu da crueldade quando aprovou o holocausto? Tanto o primeiro caso,

quanto ao segundo, seus mentores foram cruéis estrategicamente? Maquiavel foi o precursor dessas entre outras tragédias da atualidade?

Na tentativa de buscar tais respostas, é bom lembrar-se de antemão que, no caso de atender precipitadamente a conceitos pré-concebidos como informação sem reflexão, pois isso pode culminar apenas em opinião. O secretário florentino não adotou mecanismos e estratégias políticas, que correspondiam a conflito continental ou global, e muito menos pensou em armas de destruição em massa. Mas sim, por ordem na sua nação e afastar os perigos externos. O Estado, para ele, era o grau mais alto de valor, e tudo era válido para mantê-lo.

O líder de uma nação proposto em *O Príncipe*, (1991) deve ser temido e respeitado. Por conseguinte, ao buscar essas máximas, se trilhasse pelo caminho da repressão acompanhado do terror, o soberano teria êxito por algum tempo, mas não atingiria a glória nem a honra prolongada.

A história aponta que, Maquiavel foi preso e torturado, por conta de uma suposta conspiração a qual estava envolvido. Este fato culminou no seu exílio em sua propriedade até o final de seus dias os quais escreveu *O Príncipe*. (1991).

Sobre tal obra, documentos históricos afirmam que Lourenço de Médici, o qual o livro fora destinado, não o leu, e Maquiavel faleceu em 1527, com 58 anos, coincidindo com a época em que Roma foi saqueada. (1991). Maquiavel através de sua obra entrou para a história sem antes, ver aquilo que muito almejou e que só foi realizado no século XIX: a Itália unida com o poder centralizado. (idem).

## CONCLUSÃO

O Príncipe é considerado uma das obras políticas mais comentadas ao longo de mais de quatro séculos, deixando um legado muito rico acerca da política, mas, não muito aceito pela Igreja até os dias atuais. Por outro lado, vários personagens políticos da história, bem como em vários conflitos armados, juntamente com suas ambições, tramas, conspirações e punições, antes ou depois de Maquiavel, supõem-se que todos esses movimentos são compatíveis com a sua obra.

A Itália na virada do século XV e XVI se encontrava fragilizada por conta dos conflitos internos, portanto, invadida pelos estrangeiros. Para alavancar a nação como uma grande potência, segundo Maquiavel este entende que seria necessário um príncipe que tivesse virilidade e astúcia, ser forte, bem armado, temido e cruel, e que soubesse antecipar os acontecimentos prevendo o mal ou o bem, e afastá-lo ou aproveitá-lo sem depender de favores de outrem. Desta forma, tudo que fosse feito, deveria ser em prol do bem maior supremo: não ao indivíduo em particular, mas, sim ao Estado.

Um grande projeto em que, Maquiavel rompe com os conceitos morais cristãos, o qual regia desde Idade Média. Com o apoio do povo, de boas leis, com as próprias armas juntamente com o exército de sua própria nação, fórmula essa entre outras que, Maquiavel adotou para tornar um país poderoso.

Decerto, que a ruptura da ética tradicional com a política, a qual Maquiavel propôs, não significa dizer que a mesma ficou sem ética. O pensador apenas vestiu-lhe outra “roupagem”, possibilitando novas tendências e perspectivas sociais de sua época em diante, inclusive a formação de um poder centralizado: o Estado Moderno.

Supõe-se que haja um preconceito com a denominação maquiavélico, quando se trata de qualquer astúcia mesquinha no hodierno. Maquiavel preocupou-se com o bem estar do Estado. E tudo que fosse feito nesse sentido era válido. O que não se pode atribuí-lo é o fato de alguns políticos com o auxílio do poder, utilizar os meios para tirarem proveitos dos fins, em benefícios apenas a si próprios ou a um pequeno grupo social. O todo era importante para Maquiavel e não apenas a parte.

Ao que parece, Nicolau não teria sido conhecido como Maquiavel, se a Itália não tivesse fragmentada, dispersa e tão desgastada politicamente. A sua obra mais conhecida “O Príncipe” foi um manual prático para qualquer governante, na obtenção de êxitos na suas investidas políticas. Todavia, este conselheiro político, inaugura o Estado moderno, e é conhecido pelos italianos como o precursor ao defender a

unificação da nação italiana. Exilado, desgostoso e desanimado, sem jamais retornar à política a qual era a sua maior especialidade, Maquiavel falece em 1527, sem ver a sua pátria unida. Tal acontecimento só foi possível ao decorrer do século XIX.

## Referências Bibliográficas

- ALONSO, Félix Ruiz. ÁVILA, de José Aguiar Coimbra: **Fronteiras da Ética**. São Paulo: Da nação ao nacionalismo autoritário. Editora SENAC, São Paulo, 2002.
- ALBUQUERQUE. Guilhon, J. A. **Metáforas do Poder**: Rio de Janeiro. Achiamé/socii, 1980
- AMES, José Luiz. **Maquiavel: a lógica da ação política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- BERLIN, Isaiah. O Problema de Maquiavel. IN: Textos de aula, Centro de documentação Política e Relações internacionais. Universidade de Brasília, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a Política**: antologia/ organização e apresentação José Fernández Santillán; prefácio Norberto Bobbio – Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- ESCOREL. Lauro. **Introdução ao Pensamento político de Maquiavel**: IN: Curso de Introdução à ciência Política. 2ª ed. UnB Brasília: 1984.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma**. Tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- MAQUIAVEL, N. O Príncipe/ A Arte da Guerra. Editá: S.A. de promoción y ediciones Avda. Manoteras, Madrid, 1999.
- MASSARA, Franco (ORG.). SAVONAROLA. Coleção Os Grandes Julgamentos da História. Edição especial ao círculo de amigos de Otto Pierre Editores. (circulação reservada). Amigos do livro, editores, L. da. Lisboa. São Paulo. (19??).
- NIVALDO, José Junior: Maquiavel O Poder: História e Marketing. 4ª ed. Martin Claret, 1999.
- ODAY, Rosemary: Curso de Introdução a Ciência Política. O Príncipe de Nicolau Maquiavel. Editora Universidade de Brasília. (1979).
- Os Pensadores- Nicolau Maquiavel, **O PRÍNCIPE**, editora Nova Cultural LTDA. 1991.
- SADEK, Maria Teresa. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù**. IN: Os Clássicos da Política 1. Francisco C. Weffort, Organizador. Editora Ática. 2004.